

Desemprego por período longo faz renda cair mais

Por Thais Carranço

Desempregados por um período longo têm menos chances de voltar ao mercado de trabalho e, quando conseguem se ocupar, recebem rendimento até 13,6% menor do que os desocupados de curta duração, aponta o Banco Central em box do Relatório Trimestral de Inflação, divulgado ontem. Esses trabalhadores também têm maior probabilidade de voltar ao mercado exercendo atividades por conta própria ou domésticas, considerando as diferentes categorias de ocupação, com menor chance de retorno para a indústria e construção civil, quando levados em conta os diferentes ramos de atividade. Apesar do aumento da participação dos desocupados de média e longa duração no total de desempregados - de 33,8% no primeiro trimestre de 2014 para 39% no primeiro trimestre de 2017, permanecendo relativamente estável até os primeiros meses de 2019 -, a desocupação de curta duração segue tendo maior peso para a dinâmica de inflação, avalia o BC no estudo.

No levantamento são considerados desocupados de curta duração quem procura emprego há menos de um ano. De média duração, de um a dois anos. E os desocupados de longa duração são aqueles em busca de trabalho há mais de dois anos. Utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, os técnicos avaliam a taxa de transição dos três diferentes grupos da desocupação para a ocupação, na passagem de um trimestre a outro. Entre o primeiro trimestre de 2012 e igual período de 2019, a taxa de transição foi de 36,7% entre desocupados de curta duração e de 20,4% entre os de longa. "A análise mostra que a taxa de transição para a ocupação diminui conforme aumenta a duração do desemprego", observam o texto.

Características dos desocupados

Média de todo o período da pesquisa

	Total	Curta duração	Média duração	Longa duração
Taxa de transição para ocupação (%)	32,9	36,5	24,6	20,2
Rendimento médio real de entrada (R\$)	1.127,5	1.157,3	1.070,3	1.003,7
Idade média (anos)	30,3	29,9	29,3	32,1
Proporções (%):				
Homens	47,9	52,6	44,0	35,9
Branços	37,0	37,0	38,0	36,3
Responsáveis pela residência	25,3	27,5	20,5	21,8
Pelo menos nível médio concluído	51,5	48,7	56,3	56,7

Fonte: IBGE e BCB

INFORME

Mesmo entre quem consegue emprego, os desocupados de maior duração têm desvantagem. Em média, os rendimentos de entrada dos desocupados de média e longa duração foram, respectivamente, 7,4% e 13,6% mais baixos que os de curta duração no período analisado, aponta o BC.

"O longo tempo fora da ocupação tende a dificultar a recolocação no mercado e, conseqüentemente, a reduzir o poder do trabalhador para negociar os rendimentos de entrada no mercado", observam os técnicos. "Comparativamente aos desocupados de curta duração, os desocupados há mais tempo podem ter vínculo mais tênue à força de trabalho e, assim, maior propensão a aceitar rendimentos mais baixos ao ingressar na população ocupada."

Os destinos dos diferentes grupos no retorno à ocupação também são distintos, mostra a autoridade monetária. Desempregados de curto prazo têm maior chance de se tornarem empregados com ou sem carteira, enquanto os de longo prazo, trabalhadores por conta própria e domésticos.

Por ramo da atividade, à medida que aumenta a duração da desocupação, maior a chance de seu retorno à atividade ocorrer nos segmentos de comércio, serviços, administração pública ou serviços domésticos, e menor na indústria ou na construção civil.

Por características dos diferentes grupos, a proporção de homens recua conforme o tempo de desocupação aumenta: eles são 52,6% dos desempregados de curta duração, 44% dos de média e 35,9% dos de longa. Há mais pessoas responsáveis pela residência entre os desempregados de curto prazo (25,3%), do que de médio e longo prazos (20,5% e 21,8%, respectivamente), o que sugere que esse grupo tem incentivo para procurar ocupação de forma mais intensa.

Por nível de educação, a proporção de indivíduos com pelo menos o ensino médio concluído é um pouco maior entre os desocupados de média e longa durações. "A menor escolaridade dos desocupados de curto prazo pode estar associada a uma maior rotatividade no trabalho e, conseqüentemente, a menores períodos contínuos na desocupação", avaliam os técnicos do BC. Na distribuição por idade e cor ou raça não foram identificadas diferenças significativas entre os três grupos de desocupados.

"O próprio período de desocupação possivelmente gera alguma obsolescência na capacidade de trabalho do indivíduo, além de contribuir para possível desalento em relação à busca por ocupação", observam os técnicos. "Adicionalmente, a duração da desocupação pode ainda sugerir, ao potencial empregador, que o trabalhador não teria as atribuições requeridas para a vaga de trabalho."

INFORME

Emprego formal decepciona e tem pior maio em 3 anos

Por Edna Simão e Thais Carrança

A geração de vagas com carteira assinada voltou a decepcionar em maio, reforçando a percepção de que o desempenho pior do que o esperado da atividade em abril teve continuidade no mês seguinte. O resultado reforça o temor de uma nova queda do PIB no segundo trimestre e alguns economistas já esperam saldo de vagas neste ano inferior a 2018.

O mercado de trabalho criou 32,1 mil vagas formais em maio, pior resultado para o mês desde 2016, quando foram perdidas 72,6 mil vagas. O resultado também ficou abaixo da mediana das projeções do mercado, de 70 mil, segundo levantamento do Valor Data. No ano, foram criados 351,1 postos de trabalho com carteira assinada e, em 12 meses, 474,3 mil vagas, considerando números ajustados para incluir dados enviados com atraso pelas empresas.

Dos oito setores acompanhados, três tiveram saldo negativo. Foram fechadas 11,3 mil vagas no comércio, 6,1 mil vagas na indústria da transformação e 415 vagas em serviços industriais de utilidade pública. Por outro lado, foram criados 627 empregos na indústria extrativa mineral, mil na administração pública, 2,5 mil em serviços, 8,5 mil na construção civil e 37,3 mil na agropecuária, com destaque para contratações nos cultivos de café e laranja.

Emprego formal na gangorra

Geração de vagas no Caged alterna surpresas positivas e negativas

Saldo de vagas (em mil)*



Saldo de vagas por setores da atividade em maio



326 mil vagas

foram geradas de janeiro a maio de 2018, contra 344,7 mil em igual período de 2018*

402,4 mil vagas

foram abertas em 12 meses até maio, abaixo das 421 mil em 12 meses até dezembro de 2018*

Fonte: Caged/Ministério da Economia. *Sem ajuste para inclusão de dados enviados com atraso pelas empresas

Por regiões, apenas no Sul foi registrado saldo negativo de emprego em maio (-10.935). Por outro lado, a região Sudeste liderou a criação de postos com a geração de 29.498 empregos; seguido por Centro-Oeste (6.148); Norte (4.110) e Nordeste (3.319).

INFORME

Para o secretário do Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, o desempenho em maio do emprego com carteira está diretamente relacionado ao comportamento da economia brasileira que está com "dificuldades de alçar voo". Segundo o subsecretário de Políticas Públicas e Relações do Trabalho, Matheus Stivali, muitos investidores estão aguardando a aprovação da reforma para colocar recursos no país.

Essa também é a expectativa do Santander. Diante do resultado decepcionante do mercado de trabalho, ele deve revisar para baixo sua estimativa de abertura de 650 mil postos em 2019. Ainda assim, o banco acredita que a geração neste ano pode ficar em torno de 500 mil vagas, acima das 421 mil de 2018, considerando o saldo sem ajuste.

"Acreditamos que pode ter um ritmo um pouco mais forte do que no ano passado por causa da expectativa de melhora dos indicadores de confiança da economia no segundo semestre", diz Lucas Nobrega, economista do Santander. Segundo ele, a aprovação da reforma da Previdência também aumenta a probabilidade de estímulo à atividade via taxa de juros.

Já Rafael Leão, economista-chefe da Parallaxis, não acredita em uma aceleração do emprego formal no segundo semestre, mesmo que a reforma seja aprovada. A consultoria deve revisar sua projeção para o saldo do emprego para cerca de 380 mil, abaixo dos 440 mil previstos anteriormente.

Para ele, o efeito prático da reforma deve se dar no longo prazo. "No curtíssimo prazo, no segundo semestre, não acredito que vá haver uma recuperação tão forte da atividade", reforça. "Pode haver algum retorno de investimento que esteja represado, mas não acredito que será algo que vá levar a um crescimento superior a 0,8% para o PIB".

Leão avalia que o resultado do Caged de maio pode gerar novos reajustes nas estimativas de crescimento da economia neste ano. Ele mesmo tem viés de baixa para sua projeção de 0,8%. "Vamos esperar o resultado do segundo trimestre. Se vier uma nova retração, significa que o país está em recessão, aí não vai ter jeito de não rever para baixo", afirma.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, em sua transmissão pelo Facebook, que o resultado do Caged "não é bom, poderia ser melhor", mas pelo menos há empregos sendo gerados. "Reconheço que a economia não vai bem", disse. (Colaborou Carla Araújo, de Brasília)

(Fonte: Valor Econômico – 28/06/2019)